

Estudo Técnico Preliminar 90/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 67532.002137 /2024-47

2. Descrição da necessidade

A saúde é um direito social previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que decorre de um dever do estado (Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição, e art. 196 - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação).

(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

No âmbito das forças armadas, o decreto 95.512, de 2 de abril de 1986, estabeleceu normas, condições de atendimento e indenizações para a assistência médico-hospitalar ao militar e seus dependentes, dentre outras providências. O inciso III do Art. 3º deste decreto adotou o entendimento de que a assistência médico-hospitalar abrange os serviços odontológicos, nos seguintes termos: III - Assistência Médico-Hospitalar - é o conjunto de atividades relacionadas com a prevenção de doenças, com a conservação ou recuperação da saúde e com a reabilitação dos pacientes, abrangendo os serviços profissionais médicos, odontológicos e farmacêuticos, o fornecimento e a aplicação de meios, os cuidados e os demais atos médicos e paramédicos necessários.

(<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-92512-2-abril-1986-442475-publicacaooriginal-1-pe.html>)

Nesse contexto, o Grupo de Saúde de Lagoa Santa (GSAU-LS) presta assistência a aproximadamente 11.535 usuários residentes ou domiciliados no Estado de Minas Gerais. A Seção de Odontologia (SOD) provê assistência clínica aos militares e dependentes do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR), Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa (PAMA-LS), Grupamento de Apoio de Lagoa Santa (GAP-LS), Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Lagoa Santa (DTCEA-LS), Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Confins (DTCEA-CF), Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Três Marias (DTCEA-TRM), Prefeitura de Aeronáutica de Lagoa Santa (PA-LS), além do seu próprio efetivo, sendo de extrema importância a disponibilidade de equipamentos em pleno funcionamento.

Dessa forma, há necessidade de manter os equipamentos desta organização militar em condições de uso, realizando aferições, manutenções preventivas, e, se necessário, manutenções corretivas com substituições de peças.

A escolha por execução indireta para realização das manutenções justifica-se, visto que o Grupo de Saúde de Lagoa Santa – GSAU-LS não possui, em seu quadro de servidores, profissionais qualificados que possam realizar os serviços necessários a cada equipamento, em especial sobre as manutenções a serem realizadas.

Atualmente, as manutenções são feitas pela empresa ENGEPIO e o contrato se encerrará em 01/07/2024, devendo, portanto, ser refeito. Informações relativas ao contrato atual serão abordadas no tópico 5 deste ETP.

Diante do exposto, há necessidade de contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças sob demanda e elaboração do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) para os equipamentos pertencentes à Seção de Odontologia do GSAU-LS, para promover a adequada atenção aos usuários, garantir a qualidade e segurança dos trabalhos desenvolvidos, zelando pelo patrimônio público e cumprindo a missão institucional da Administração.

O PMOC reunirá as informações a respeito do estado de conservação e integridade dos equipamentos e da periodicidade das manutenções preventivas, de acordo com o parque tecnológico presente na seção

O objeto da contratação tela foi analisado sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o COMAER, bem como para o interesse público.

,

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Odontologia	Leonardo Otávio Baeta Alves Pereira CAP QODENT

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Segundo o art. 16 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de agosto de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

O serviço a ser contratado possui natureza de serviço continuado, sem utilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e enquadra-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada. Ratifica-se que o objeto da licitação tem natureza contínua e trata-se de despesa rotineira.

Local e horário da prestação dos serviços

Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, s/n – Vila Asas – Lagoa Santa - MG – CEP 33.400-000, no Grupo de Saúde de Lagoa Santa, Seção de Odontologia.

A categoria profissional do técnico enquadra-se no item 9153-05 da Classificação Brasileira Ocupações (técnico em manutenção de equipamentos e instrumentos médico-hospitalares).

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos estabelecidos no Anexo I: INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE SERVIÇOS.

Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

1. use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
2. adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
3. Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
4. forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
5. realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
6. realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
7. respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

8. preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Indicação de marcas ou modelos (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

Na presente contratação, será admitida a indicação das seguintes características, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

As substituições de peças e componentes dos equipamentos deverão ser novos e originais, livres de defeitos ou vícios, da mesma marca comercial do equipamento, correspondendo perfeitamente às especificações do fabricante;

No caso de equipamentos em que não se consiga peças originais de reposição, por falta no mercado ou interrupção da produção, as mesmas poderão ser trocadas por produtos ou peças equivalentes, mediante aprovação do fiscal técnico do contrato.

Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

Não há exigência de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

os interessados em realizar a vistoria prévia, serão disponibilizadas datas e horários diferentes.

O agendamento deverá ser efetuado previamente, por meio de um dos contatos descritos abaixo:

2º Ten DORETTO (31) 99961-9966 dorettotde@fab.mil.br

Cap JÚLIA (31) 99788-8012 juliajdfc@fab.mil.br

O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Objeto

A Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, atualizada em 25/08/2020, dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

O parágrafo único do Art. 1º da referida instrução define estudos técnicos preliminares como o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza determinada necessidade, descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação (<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-40-de-22-de-maio-de-2020>).

Da leitura do dispositivo, é possível abstrair que, além de se servir a outros objetivos, os estudos técnicos preliminares devem descrever as alternativas possíveis para suprir determinada necessidade da administração, de modo a propiciar a escolha da melhor ou mais adequada solução (Art. 5º da referida IN).

Nesse sentido, constitui objeto deste estudo técnico preliminar analisar a melhor solução dentre as possíveis, do ponto de vista técnico, socioeconômico e ambiental, para realizar o serviço de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças sob demanda e elaboração do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) para os equipamentos pertencentes à Seção de Odontologia do GSAU-LS, os quais necessitam estar em pleno funcionamento para o atendimento aos pacientes. O não funcionamento dos equipamentos inviabiliza o acolhimento ao paciente, realização de exames essenciais para o diagnóstico e procedimentos, fazendo com que o GSAU-LS necessite de encaminhar os usuários à rede conveniada, onerando a administração.

Atualmente, a SOD - GSAU-LS possui contrato vigente desse serviço com a empresa **ENGENBIO SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.555.589/0001-70, sediada na Rua Padre Gabriel Mousinho, nº 47, Ilha do Retiro, em Recife, Pernambuco, CEP 50.830-010. Telefone (81) 3038-3312. Email vendas@engebio-ne.com.br. Esse contrato irá vencer em 01/07/2024.

Para tanto, serão analisadas as seguintes alternativas: 1) contratação, por meio de pregão, de empresa para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos da Seção de Odontologia; 2) renovação, por meio de pregão eletrônico, do parque de equipamentos odontológicos instalados no GSAU-LS.

Importante destacar que os equipamentos, objeto da manutenção preventiva/corretiva que se pretende realizar, embora em uso (alguns até sem funcionamento), estão em bom estado de conservação, de modo que, uma vez mantidos/aferidos, terão condições de serem mantidos em uso/entrar em uso. Ou seja, dito de outra forma, há expectativa, pelo estado aparente em que se encontram, de um custo/benefício favorável.

Chegou-se a avaliar a opção pela execução direta, já que o GSAU-LS possui uma seção de apoio. Porém, essa opção foi descartada de pronto, uma vez que não possui, em seu efetivo, equipe de manutenção especializada para essa finalidade. Importante destacar, outrossim, que a opção 2, qual seja, “renovar o parque de equipamentos odontológicos instalado no GSAU-LS” por meio da aquisição de novos equipamentos em substituição aos atuais, em que pese ser uma opção tecnicamente possível, resultaria economicamente inviável e mais onerosa. Portanto, essa opção foi igualmente descartada.

Como pode ser visto, sobrou apenas uma das opções informadas, qual seja, “1 – contratação, por meio de pregão, de empresa para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos da Seção de Odontologia”.

Para viabilizar a opção acima discriminada, esta equipe de planejamento entende que a utilização do Pregão seria, desde que não haja melhor entendimento, a modalidade mais adequada.

Isso ocorre porque o objeto da contratação enquadra-se na descrição de serviços comuns, visto que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais do mercado, nos termos do artigo 1º da lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002.

Nesse caso, o uso da modalidade pregão na forma eletrônica será obrigatório, nos termos do § 1º do Art. 1º do decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

Depois de toda a análise até aqui implementada, foi possível definir o objeto da licitação que se pretende, o que se faz nos seguintes termos: “Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças sob demanda e elaboração do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) para os equipamentos pertencentes à Seção de Odontologia do GSAU-LS”, nos termos dos autos do processo.

Cumprido esclarecer, por fim, que a contratação em tela foi analisada sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o COMAER, bem como para o interesse público, motivo pelo qual foi autorizada a abertura do correspondente Processo Administrativo de Gestão.

6. Levantamento de Mercado

A Administração Pública tem como princípio a defesa do interesse público e, portanto, a regularidade de toda e qualquer contratação por esta efetuada deve pautar-se na razoabilidade do preço a ser pago, uma vez que não se admite, em hipótese alguma, que a Administração Pública celebre contratos por valores desarrazoados.

Com efeito, a pesquisa de preços tem como principais finalidades estimar o custo do objeto para fins de servir como parâmetro objetivo para julgamento das ofertas apresentadas quando da aceitação das propostas e, ainda, para a análise quanto à existência de recursos orçamentários suficientes para o pagamento da despesa relacionada com a contratação.

Desta forma, o preço contratado deve ser compatível com o praticado no mercado e de conformidade com a legislação vigente e com a jurisprudência, a fim de que sejam cumpridos os requisitos para atendimento ao interesse público.

Nesse sentido, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021, dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O Art. 5º e seus incisos dispõem sobre os parâmetros da pesquisa, conforme transcrito a seguir:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Como pode ser visto, os parâmetros para formação do preço obedecem à norma de caráter cogente, da qual a Equipe de Planejamento não poderá se afastar.

Ocorre que foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas ao sistema Painel de Preços do Portal de Compras do Governo Federal, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Entretanto, não há como manter uma similaridade dos serviços como se pretende com este processo, devido à peculiaridade do parque tecnológico instalado, com suas variedades de marcas, modelos e quantitativos. De modo que não foi possível priorizar os incisos I, II e III do Art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

Nesse sentido, o serviço pretendido adquire identidade muito peculiar em face da ampla diversidade de equipamentos existentes, cada um com quantitativo próprio, o que tornou inviável um comparativo a partir do banco de dados do site Painel de Preços.

Diante de todas essas constatações, a base de cotação referente ao serviço será obtida, exclusivamente, por intermédio de consultas a empresas especializadas, nos termos do inciso IV do Art. 5º da IN 65 de 7 de julho de 2021.

Assim posto, atentando-se principalmente quanto aos aspectos técnicos, este hospital não vislumbra outra possibilidade senão a formação de preços de acordo com o descrito acima.

7. Descrição da solução como um todo

Segundo o Tribunal de Contas da União, uma solução é o conjunto de todos os elementos (bens, serviços e outros) necessários para, de forma integrada, gerar os resultados que atendam à necessidade que gerou a contratação. (<http://www.tcu.gov.br/arquivosrca/001.003.009.035.htm>; data e hora da consulta: 1/12/2021, às 12:30).

O risco que se pretende evitar é aquele que decorre da falta de planejamento da solução como um todo, levando a aquisição de somente parte da solução, com consequente impossibilidade de atender a necessidade do objetivo que motivou a contratação.

Segundo o art. 5º da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, já transcrito neste documento, *os ETP deverão evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução dentre as possíveis, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.* O grifo em itálico e em negrito foram acrescentados ao texto original.

Já segundo o inciso IV do Art. 7º da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, os comentários a esse tópico não podem prescindir das justificativas técnica e econômica para a escolha do tipo de solução, conforme destacado a seguir: *Art. 7º Com base no documento de formalização da demanda, as seguintes informações deverão ser produzidas e registradas no Sistema ETP digital: (...) IV - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução.*

Como pode ser visto, as justificativas deverão discorrer quanto a aspectos envolvendo as viabilidades técnica e econômica. Ou seja, a escolha tem que passar pelo crivo da viabilidade técnica e, entre as opções tecnicamente viáveis, qual seria a alternativa mais econômica.

Vamos ao primeiro ponto, nos termos do já discriminado Art. 5º da Instrução Normativa nº 40: “evidenciar o problema”: necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção preventiva e de manutenção corretiva com fornecimento de peças nos equipamentos odontológicos pertencentes à Seção de Odontologia do Grupo de Saúde de Lagoa Santa (GSAU-LS, visando promover uma adequada atenção aos usuários, garantindo a qualidade e segurança do trabalho prestado.

Para tanto, foi analisada no item “Objeto” dos estudos técnicos preliminares, a hipótese de aquisição do serviço por meio de pregão eletrônico.

Cumprе esclarecer, por fim, que a contratação em tela foi analisada sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o COMAER, bem como para o interesse público, motivo pelo qual foi autorizada a abertura do correspondente Processo Administrativo de Gestão.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi feita com base nas recomendações e especificações técnicas fornecidas pelo fabricantes dos equipamentos, juntamente com os dados do contrato atual fornecidos pela Seção de Odontologia do Grupo de Saúde de Lagoa Santa.

Atualmente, para as manutenções preventivas, a empresa ENGEBIO fornece todo o material utilizado, incluindo óleo lubrificante, mangueiras, graxas, dentre outros. Para as manutenções corretivas, a Administração utilizou uma média de R\$ 2.222,02 nos últimos 12 meses, e R\$ 2.146,93 nos últimos 24 meses para a compra de peças.

Na contratação pretendida, essa dinâmica foi alterada: a empresa vencedora disponibilizará a mão de obra, e a Administração arcará com reposição de peças, materiais e insumos, objetivando reduzir o valor total do contrato. Além disso, a empresa confeccionará o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC).

O número de homem-horas foi para manutenção preventiva e corretiva mantido, pois atende bem às necessidades específicas do serviço. Homem-hora acionamento será um serviço sob demanda, e o número reduzido de horas está compatível com a demanda.

Estipulou-se uma média de R\$ 50.000,00 anuais para reposição de peças, materiais e insumos.

Por fim, o mapa comparativo ficou da forma descrita abaixo:

Item	Descrição - Especificação	Marca	QTD
1	Homem-hora para manutenção preventiva e corretiva	SV	384 (32 horas mensais x 12)
2	Homem-hora acionamento - serviço sob demanda	SV	48 (4 horas mensais x 12)
3	PMOC - Plano de Manutenção, Operação e Controle	SV	1

4	Reposição de peças - item não passível de disputa.	SV	50.000
---	--	----	--------

Na tabela abaixo estão listados os equipamentos odontológicos presentes na Seção de Odontologia do GSAU-LS que receberão manutenção:

Item	Descrição - Especificação	Marca	Modelo	QTD
1	Amalgamador	Gnatus	Softly	1
2	Aparelho de ultrassom	Gnatus	Ultrasonic	1
3	Aparelho de ultrassom	Dabi Atlante	Profi Class	9
4	Aparelho de ultrassom	Ortus	Bioscaler	4
5	Aparelho de ultrassom	TO	410X562X82	1
6	Aspirador de líquido e secreções	Nevoni	110/120V	4
7	Autoclave horizontal	Digitale	21 L	3
8	Autoclave horizontal	Digitale	42L	1
9	Bomba a vácuo	Dabi	Ciclone	4
10	Caneta de alta rotação	Kavo	*****	12
11	Caneta de alta rotação	Kavo	Extra Torque 605	28
12	Caneta de alta rotação	Kavo	Super Torque 625	1
13	Caneta de alta rotação	Gnatus	AR 32 PB TB	4
14	Caneta de alta rotação	Dabi	434 PB e Convencional	20
15	Caneta de alta rotação	Kavo	Roll Air 3	3
16	Caneta de alta rotação	Dabi	R5350	1
17	Compressor de ar	Shulz	MSW-40	3
18	Compressor de ar trifásico	Shulz	CSL 15 BA	1

19	Contra Ângulo	Kavo	*****	20
20	Contra Ângulo	Dabi	434	24
21	Contra Ângulo	Gnatys	32	3
22	Contra Ângulo	Kavo	500	1
23	Contra ângulo de implante	NSK	E 16R 20,1	1
24	Cuba ultrassônica	Cristofoli	110V	1
25	Desfibrilador	Philips	Heartsta RT FRX	1
26	Equipo Odontológico	Dabi Atlante	Croma	10
27	Equipo Odontológico	Kavo	Unic	1
28	Equipo Odontológico	Olsen	Sprint	2
29	Equipo Odontológico	DentMed	Prime	3
30	Fotopolimerizador	Kavo	Poly Wireless	9
31	Fotopolimerizador	Ultradent	Walo	5
32	Kit acadêmico	Dent Flex	Fx 110	12
33	Kit acadêmico	Dabi	AR 0434	3
34	Localizador Apical	Dentsply	Propex II	4
35	Localizador Apical	Bingo	1020	1
36	Máquina de solda	Humpa	*****	1
37	Máquina de solda	Metal Vande	*****	1
38	Micromotor	Gnatus	32	5
39	Micromotor	Dabi	N270	3

40	Micromotor	Dabi	434	15
41	Micromotor	Kavo	*****	19
42	Microscópio endodôntico	*****	*****	
43	Motor Cirúrgico BLM 600 Plus Driller	Driller	BML 600 PLUS	1
44	Motor Cirúrgico NSK Surgic XT Plus NON-OPT 120V	NSK	S. XT P. NON-OPT	1
45	Motor de prótese bancada	Maraton	*****	1
46	Motor elétrico endodôntico	Easy Endo	Easy Endo SI	2
47	Negatoscópio com lupa	EMB	*****	1
48	Plastificadora	Bioart	*****	1
49	Polidora química	VH	*****	2
50	Ponta reta	Kavo	500	3
51	Ponta reta	Kavo	SN	1
52	Ponta reta	Gnatus	32	2
53	Ponta reta	Kavo	Sem modelo	2
54	Ponta reta	Gnatus	32	4
55	Ponta reta	Dabi	434	13
56	Raio-X	Dabi	Spectro 70x Fixo	7
57	Raio-X	Dabi	Spectro 70x Móvel	5
58	Seladora automática	Hawo	GS54	2
59	Suporte cortador de bobinas grau cirúrgico	*****	*****	1
60	Termoplastificador endodôntico	Easy Pack	*****	1

61	Vibrador de gesso	VH	110/120V	4
----	-------------------	----	----------	---

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 334.506,29

O custo estimado da contratação é de R\$ 334.506,29.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O desenvolvimento adequado do presente tema para a obtenção do objeto que se pretende terá grande importância sobre o sucesso na fase de seleção do fornecedor e, posteriormente, na fase de execução do objeto.

Isso porque ao “não parcelar o que deve ser parcelado” poderá a Administração assumir o risco de diminuir a competição por não permitir que empresas especializadas participem da licitação, com consequente aumento dos valores contratados.

Por outro lado, ao “parcelar o que não deve ser parcelado”, poderá decorrer dessa decisão a inviabilização da solução que se pretende, ou mesmo desestímulo à participação no certame.

Observando aspectos puramente conceituais, é possível deduzir que o parcelamento tem estreita relação com a obtenção de bens pela Administração junto à iniciativa privada, conforme pode ser visto nas transcrições constantes nas alíneas “a”, “b” e “c”, adiante, assim como para a contratação de serviço, conforme pode ser visto na transcrição constante na alínea “c”:

a) Segundo o inciso X do Art. 6º da Lei 14.133/2021, compra foi definida como “aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento”. O grifo em negrito foi acrescentado ao texto original.

b) E segundo o inciso V do Art. 40 da Lei 14.133/2021, “O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar: (...) V - atendimento aos princípios: b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.” O grifo em negrito foi acrescentado ao texto original.

c) Segundo o inciso II do Art. 47 da Lei 14.133/2021, “As licitações de serviços atenderão aos princípios: II – do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.” O grifo em negrito foi acrescentado ao texto original.

Sabe-se, portanto, que o parcelamento do objeto da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível.

Mas não é só isso, ou seja, o parcelamento do objeto da solução deverá ocorrer desde que se verifique que não haverá prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, já que o inciso II do Art. 47 da Lei 14.133/2021, transcrito acima, condiciona a divisão em parcelas à comprovação da viabilidade técnica e econômica.

Conquanto o objetivo da norma, ao impor o parcelamento do objeto, seja “(...) ampliar a competitividade, sobretudo porque algumas empresas podem não ter capacidade ou condições de ofertar a integralidade do objeto, mas apenas uma parte dele, razão pela qual a adjudicação conjunta inviabilizaria a participação delas no certame.” (link: <https://inovcapacitacao.com.br/o-parcelamento-do-objeto-de-acordo-com-a-jurisprudencia-do-tribunal-de-contas-da-uniao/>; data da consulta: 27/7/2022) e embora a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, por meio do enunciado da Súmula nº 247, nos informe que o parcelamento é “a regra” (link: <https://inovcapacitacao.com.br/o-parcelamento-do-objeto-de-acordo-com-a-jurisprudencia-do-tribunal-de-contas-da-uniao/>; data da consulta: 27/7/2022), a equipe de planejamento entende que o não parcelamento da solução representará a melhor solução para a Administração contratante, com vantagens sob o ponto de vista administrativo, assim como para aqueles que concorrerão à disputa, visto que o não parcelamento não restringirá a competitividade no presente caso. É que a definição e o método para avaliar se o objeto é divisível, deve levar em consideração, como já dito, o mercado fornecedor, podendo ser parcelado caso a contratação, nesses moldes, assegure, concomitantemente: ser técnica e economicamente viável; que não haverá perda de escala; e que haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

Nesse sentido, a ideia do parcelamento ganha relevância, seja na compra de material, seja na contratação de serviços, quando o objetivo é ampliar a competitividade, o que não faz sentido em uma aquisição de baixo valor, como no caso ora em análise, visto que todos os pequenos empresários poderão concorrer.

Ou seja, não haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade com o parcelamento do objeto.

A presente contratação foi feita da seguinte forma: formação de um grupo único constituído de 4 itens, pelo critério técnico de padronizar a execução do objeto, uma vez que estes itens são de mesma natureza e guardam relação entre si, permitindo à Administração formalizar apenas um contrato para a execução destes serviços.

Em suma, o não parcelamento da solução representa a melhor solução para a Administração contratante, com vantagens sob o ponto de vista administrativo, mas principalmente para ampliar a competitividade entre aqueles que concorrerão à disputa, visto que o não parcelamento não restringirá a competitividade no presente caso. Muito pelo contrário, estimulará a participação no certame.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Considerando que a empresa vencedora possui pessoal treinado para a correta execução dos serviços e conhecimento técnico necessário, não há necessidade de contratação correlata.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Segundo a Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 11-1, que dispõe sobre a “sistemática de planejamento e gestão institucional da Aeronáutica”, o planejamento institucional pode ser classificado em três níveis: Estratégico, Operacional e Tático.

O planejamento no Nível Tático é focado no detalhamento e na execução das tarefas derivadas dos projetos e atividades dos Planos Setoriais, permitindo a confecção de um Programa de Trabalho Anual.

O Programa de Trabalho Anual é confeccionado por todas as Organizações Militares do COMAER, sendo aprovado pelo respectivo Comandante, Chefe, Prefeito ou Diretor.

Ainda segundo a diretriz mencionada, o alinhamento estratégico do COMAER permite o encadeamento do processo de planejamento da Instituição desde o nível estratégico até os níveis operacional e tático, sendo que cada um dos níveis apresenta a mesma lógica de planejamento.

O PEMAER, documento concebido com vigência de dez anos, decorre da Concepção Estratégica e divulga a Cadeia de Valor, onde estão agrupados todos os principais processos realizados na Instituição.

No nível operacional, para cumprir sua missão, cada ODSA executa uma fração da Cadeia de Valor. Para alcançar sua visão, os ODSA estabelecem Objetivos Setoriais, os quais são desdobrados em Projetos Setoriais. Metodologia semelhante ocorre no nível tático com a definição de Atividades Orgânicas, Objetivos Orgânicos e Projetos Orgânicos.

A execução de qualquer tipo de projeto ou atividade somente ocorre no nível tático, seja ele representado por uma organização subordinada a um ODSA ou por seu próprio Quartel General (QG).

Projeto é um esforço temporário planejado e empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo, mediante a realização de um conjunto de tarefas interrelacionadas ou interativas, com início e término bem definidos.

Atividade é um conjunto de tarefas de caráter continuado, executadas de forma coordenada, suportada por recursos humanos, materiais e financeiros, que visa atender aos processos administrativos, técnicos e operacionais, garantindo o funcionamento de uma organização para o cumprimento de sua finalidade.

Considerando que as atividades compõem a imensa rede de tarefas rotineiras que oferece a todas as OM do COMAER as condições necessárias para cumprirem suas missões, a qualquer hora do dia e em qualquer dia do ano, é primordial que o planejamento institucional considere as nuances que permeiam o cotidiano de suas organizações.

Dessa forma, é imprescindível priorizar recursos para que as organizações e os principais Sistemas da Aeronáutica mantenham-se sempre em efetivo funcionamento, provendo à Força Aérea a sustentabilidade necessária ao cumprimento de sua missão.

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União. Será atendida pela seguinte dotação: Gestão/Unidade: 00001/120636; Fonte de Recursos: 1005000140; Programa de Trabalho: 214550; Elemento de Despesa: 339039; Plano Interno: A0000420000.

Ratifica-se que o objeto da licitação tem natureza contínua e trata-se de despesa rotineira.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Dentre os benefícios a serem alcançados com a contratação, pode-se elencar:

- * aumento da confiabilidade dos equipamentos;
- * aumento da segurança nos atendimentos odontológicos e minimização de acidentes;
- * redução ou eliminação das possibilidades de falhas ou degradação dos equipamentos, agindo antecipadamente;
- * diminuição dos custos com aquisição de novos aparelhos;
- * detecção e reparo dos equipamentos rapidamente, sem a necessidade de interromper a prestação de serviços aos usuários do SISAU;
- * economia advinda da não realização de atendimentos odontológicos fora do âmbito da Administração, via GAB;
- * aumento do nível de satisfação dos usuários com os serviços de saúde da Força Aérea Brasileira;
- * contribuição para o programa de qualidade total da Instituição.

Em termos de efetividade, os resultados pretendidos envolvem a melhoria contínua da assistência odontológica aos usuários do SISAU.

14. Providências a serem Adotadas

Como a Administração possui contrato vigente nos mesmos moldes, não se vislumbram providências a serem implementadas além das já usualmente adotadas.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

Na lição de Bitencourt (2014), a sustentabilidade é um componente que visa tanto a qualidade de vida das pessoas quanto a do meio ambiente, de modo que as ações humanas devem atender às necessidades da sociedade sem comprometer os ciclos naturais, a fim de preservar o ambiente para o futuro, retirando recursos que permitam a recuperação da natureza e, quando não for possível essa recuperação, buscar alternativas ao uso.

A presente contratação não possui relevantes impactos ambientais, contudo deverão ser observados os requisitos ambientais discriminados no item 4. Descrição dos Requisitos da Contratação.

16. Acesso à informação

Não se vislumbram quaisquer imposições de grau de sigilo, no todo ou em parte, do processo de contratação do objeto deste estudo, devendo ser observado o disposto no inciso I do art. 3º da Lei nº 12.527, de 2011. (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm).

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SANDRA SIMON CALADO

Comandante do Grupo de Saúde de Lagoa Santa

ANDERSON NEVES PEREIRA

Agente de Controle Administrativo

LEONARDO OTAVIO BAETA ALVES PEREIRA

Responsável pela demanda e equipe técnica

JULIA DINIZ FRANCA CARMONA

Adjunto ao Chefe da Célula de Planejamento

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 14. Instrumento de Medição de Resultado (IMR).pdf (98.5 KB)

Anexo I - 14. Instrumento de Medição de Resultado (IMR). pdf



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
GRUPO DE SAÚDE DE LAGOA SANTA

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

(Avaliação da qualidade dos serviços)

OBJETO DO CONTRATO: contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de natureza comum de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em equipamentos pertencentes à Seção de Odontologia do Grupo de Saúde de Lagoa Santa (GSAU-LS)	
INDICADOR: Comportamento da empresa com relação ao cumprimento do contrato	
ITEM	DESCRIÇÃO
FINALIDADE	Garantir que o serviço seja concretizado conforme descrito no Termo de Referência
META A CUMPRIR	Empenhar a funcionalidade de acordo com o previsto
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Serão aferidas por meio do recebimento, análise, comprovação e aceitação dos serviços solicitados, por meio de conferência do serviço prestado e de notas fiscais emitidas pela contratada. Caso tenha ocorrido alguma infração constante na TABELA II (abaixo), o Fiscal apontará no referido relatório
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Inspeções periódicas do Fiscal de Execução do Contrato
PERIODICIDADE	De acordo com a demanda da contratante
MECANISMO DE CÁLCULO	Cada nota fiscal emitida pela contratada será analisada e conferida pelo Fiscal do contrato, que irá confrontá-la com o serviço prestado e o respectivo orçamento, caso esteja em conformidade, será encaminhada ao setor responsável para fins de pagamento
INÍCIO DE VIGÊNCIA	Data de assinatura do contrato
FAIXAS DE AJUSTE	De acordo com o grau das correspondências discriminadas na TABELA I (abaixo)
OBSERVAÇÕES	-----
DO PAGAMENTO	De acordo com o Termo de Referência
SANÇÕES	A prestadora ficará sujeita às sanções previstas no edital

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme	01

	previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	
--	---	--

Lagoa Santa, 21 de março de 2024.

Elaborado por:

JÚLIA DINIZ FRANÇA CARMONA CAP QODENT
Membro da Comissão

Conferido por:

ANDERSON NEVES PEREIRA TEN CEL INT R1
Agente de Controle Administrativo

Aprovado por:

SANDRA SIMON CALADO TEN CEL MED
Comandante do GSAU-LS
Ordenador de Despesas



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ETP90_2024 (L).pdf
Data/Hora de Criação:	07/10/2024 14:55:07
Páginas do Documento:	19
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	20
Hash MD5:	79d2f0b4ac12dc3e6fdfe21abb652327
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap JÚLIA DINIZ FRANÇA CARMONA no dia 10/10/2024 às 08:05:48 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap LEONARDO OTÁVIO BAETA ALVES PEREIRA no dia 11/10/2024 às 11:26:07 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int ANDERSON NEVES PEREIRA no dia 21/10/2024 às 09:55:12 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Med SANDRA SIMON CALADO no dia 22/10/2024 às 11:15:03 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO